





Comissão de Defesa do Consumidor Audiência Pública

“Esclarecimentos sobre a cobrança de taxa de registro de contratos de alienação fiduciária com garantia real de veículos automotores por parte dos cartórios”.

Cartórios Extrajudiciais

Constituição Federal

Art. 236. Os *serviços* notariais e de *registro* são exercidos em caráter *privado*, por *delegação* do Poder Público.

O exercício em caráter privado, selecionado por concurso público de mérito, visa descentralizar o serviço com impessoalidade, moralidade e maior eficiência na prestação do serviço público (CF art. 37, caput).

Os registros públicos não excepcionados pela Constituição devem ser efetuados por notários e registradores, integrando o Sistema de Registros Públicos nacional.

Tipos de Cartórios

1.- Tabelionatos:

1.1. Protestos

1.2. Notas

2.- Registros:

2.1. Imóveis

2.2. Civil de Pessoas Naturais

2.3. Títulos e Documentos

2.4. Distribuição

“O gerenciamento administrativo e financeiro dos serviços notariais e de registro é da *responsabilidade exclusiva* do respectivo titular, inclusive no que diz respeito às *despesas de custeio, investimento e pessoal*, cabendo-lhe estabelecer normas, condições e obrigações relativas à atribuição de funções e de remuneração de seus prepostos de modo a obter a *melhor qualidade* na prestação dos serviços.” (art. 21, Lei 8.935/1994).

Os cartórios de R.T.D.

O que são?

São serviços públicos organizados técnica e administrativamente para garantir a *publicidade e a autenticidade dos documentos*, GARANTINDO também *segurança e eficácia* aos atos jurídicos neles registrados.
(Lei 8.935/94, art.1º).

- GARANTEM transparência através do acesso imediato e eterno aos fatos registrados;
- GARANTEM a autoria e a data de todos os documentos, bem como do seu conteúdo;
- GARANTEM eficácia ao ato ou negócio para alcançar a finalidade desejada;
- GARANTEM a fé pública, com a responsabilidade pessoal do delegado e do Estado delegante.

Propriedade Móvel

Forma comum de *aquisição da propriedade móvel* é a *tradição*:

Art. 1.226. Os direitos reais sobre coisas móveis, quando constituídos, ou transmitidos por atos entre vivos, só se adquirem com a *tradição.**

.....
.

Art. 1.267 A propriedade das coisas não se transfere pelos *negócios jurídicos* antes da *tradição.**

Parágrafo único. Subentende-se a tradição quando o transmitente continua a possuir pelo constituto possessório; quando cede ao adquirente o direito à restituição da coisa, que se encontra em poder de terceiro; ou quando o adquirente já está na posse da coisa, por ocasião do negócio jurídico.

* (entrega)

Propriedade Fiduciária (alienação Fiduciária)

Código Civil

Art. 1.361. Considera-se fiduciária a propriedade resolúvel de coisa móvel infungível que o devedor, com escopo de garantia, transfere ao credor.

§1º Constitui-se a propriedade fiduciária com o registro do contrato, celebrado por instrumento público ou particular, que lhe serve de título, no Registro de Títulos e Documentos do domicílio do devedor, ou, em se tratando de veículos, na repartição competente para o licenciamento, fazendo-se a anotação no certificado de registro.

§2º Com a constituição da propriedade fiduciária, dá-se o desdobramento da posse, tornando-se o devedor possuidor direto da coisa.

§3º A propriedade superveniente, adquirida pelo devedor, torna eficaz, desde o arquivamento, a transferência da propriedade fiduciária.

- **Forma de aquisição de propriedade com garantia;**
- **A propriedade só se constitui com o REGISTRO DO CONTRATO no órgão de registro;**
- **O registro do contrato visa garantir ao consumidor, que e a parte mais fraca na relação e tem de receber a proteção do Estado**
- **Condição para o consumidor transferir a propriedade é a simples prova da existência do contrato e do pagamento do preço, não podendo ficar submisso a outras exigências do credor para baixa no gravame (somente pela financeira).**

Propriedade Fiduciária (alienação Fiduciária) elementos do contrato:

Código Civil

Art. 1.362. O contrato, que serve de título à propriedade fiduciária, conterá:

I – o total da dívida, ou sua estimativa;

II – o prazo, ou a época do pagamento;

III – a taxa de juros, se houver;

IV – a descrição da coisa objeto da transferência, com os elementos indispensáveis à sua identificação.

.....

Art. 1.365. É nula a cláusula que autoriza o proprietário fiduciário a ficar com a coisa alienada em garantia, se a dívida não for paga no vencimento.

Quando o contrato é apresentado para registro em cartório é efetuada a chamada “qualificação” do título, onde são verificados seus requisitos formais e preenchimento dos seus elementos essenciais, visando garantir a eficácia do negócio para segurança jurídica das partes (vendedor/financeira/consumidor)

Lei nº 6.015/1973 - LRP

Art. 156. O oficial deverá recusar registro a título e a documento que não se revistam das formalidades legais.

Propriedade Fiduciária (alienação Fiduciária)

uma das garantias ao consumidor decorrente do registro do contrato – o cancelamento direto do gravame, mediante simples comprovação de quitação

Lei nº 6.015/1973 - LRP

Art. 164. O cancelamento poderá ser feito em virtude de sentença ou de documento autêntico de quitação ou de exoneração do título registrado.

STF

Súmula 489

A COMPRA E VENDA DE AUTOMÓVEL NÃO PREVALECE CONTRA TERCEIROS, DE BOA-FÉ, SE O CONTRATO NÃO FOI TRANSCRITO NO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS.

Data de Aprovação

Sessão Plenária de 03/12/1969

Fonte de Publicação

DJ de 10/12/1969, p. 5931; DJ de 11/12/1969, p. 5947; DJ de 12/12/1969, p. 5995.

Republicação: DJ de 11/6/1970, p. 2381; DJ de 12/6/1970, p. 2405; DJ de 15/6/1970, p. 2437.

Referência Legislativa

Decreto-Lei 1027/1939. Decreto 4857/1939, art. 136, § 5º, § 7º.

Precedentes

[RE 51952](#) PUBLICAÇÕES: DJ DE 14/6/1963 RTJ 28/228

[RE 64291](#) PUBLICAÇÕES: DJ DE 31/5/1968 RTJ 45/278

[RE 66338](#) PUBLICAÇÃO: DJ DE 16/5/1969

Observação

Lei 6015/1973, art. 128; art. 129; art. 130.

Indexação

NECESSIDADE, TRANSCRIÇÃO, REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS, CONTRATO, COMPRA E VENDA, AUTOMÓVEL, VALIDADE, TERCEIROS, BOA FÉ.

STJ

Súmulas/STJ



[Ajuda](#)

Critério de Pesquisa: FIDUCIARIA E ALIENACAO

Documentos Encontrados: 4

Nesta página: 1 ~ 4

- | | | |
|---|--|---|
| 1 | Súmula 284
(SÚMULA)
DJ 13/05/2004 p. 201
RSTJ vol. 177 p. 125
RT vol. 824 p. 151 | A purga da mora, nos contratos de alienação fiduciária , só é permitida quando já pagos pelo menos 40% (quarenta por cento) do valor financiado. |
| 2 | Súmula 245
(SÚMULA)
DJ 17/04/2001 p. 149
RSTJ vol. 144 p. 203
RT vol. 787 p. 183 | A notificação destinada a comprovar a mora nas dívidas garantidas por alienação fiduciária dispensa a indicação do valor do débito. |
| 3 | Súmula 92
(SÚMULA)
DJ 03/11/1993 p. 23187
REPDJ 24/11/1993 p. 25301
RSTJ vol. 61 p. 143
RT vol. 699 p. 171 | A TERCEIRO DE BOA-FE NÃO É OPONÍVEL À ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA NÃO ANOTADA NO CERTIFICADO DE REGISTRO DO VEÍCULO AUTOMOTOR. |
| 4 | Súmula 28
(SÚMULA)
DJ 08/10/1991 p. 14038
RSTJ vol. 33 p. 165 | O CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA PODE TER POR OBJETO BEM QUE JÁ INTEGRAVA O PATRIMÔNIO DO DEVEDOR. |



Questão Prejudicial
Pareceres Disponibilizados
(inconstitucionalidade do registro no DETRAN)

Prof. Dr. Luís Roberto Barroso

Prof. Dr. Cândido Rangel Dinamarco

Dr. Walter Ceneviva

Dr^a Claudia Lima Marques & Dr. Bruno Miragem

Prof. Hércules da Costa Benício

Argüição de Inconstitucionalidade 9/2006

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Argüição de Inconstitucionalidade da parte final do §1º do artigo 1361 do Código Civil ao atribuir ao DETRAN, órgão do Poder Executivo, competência para efetuar o registro de contrato relativo a veículo, afrontando o artigo 236 da Constituição Federal que estabelece que os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado e sob a Fiscalização do Poder Judiciário, (§ 1º) porquanto o DETRAN é órgão do Poder Executivo.

.....

“... se declara a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 1361 do Código Civil a partir de, “ou”, inclusive, até “certificado de registro”.

Rel. Des. VALÉRIA MARON,

10/03/2008.

CONTRAN DENATRAN DETRAN - SP

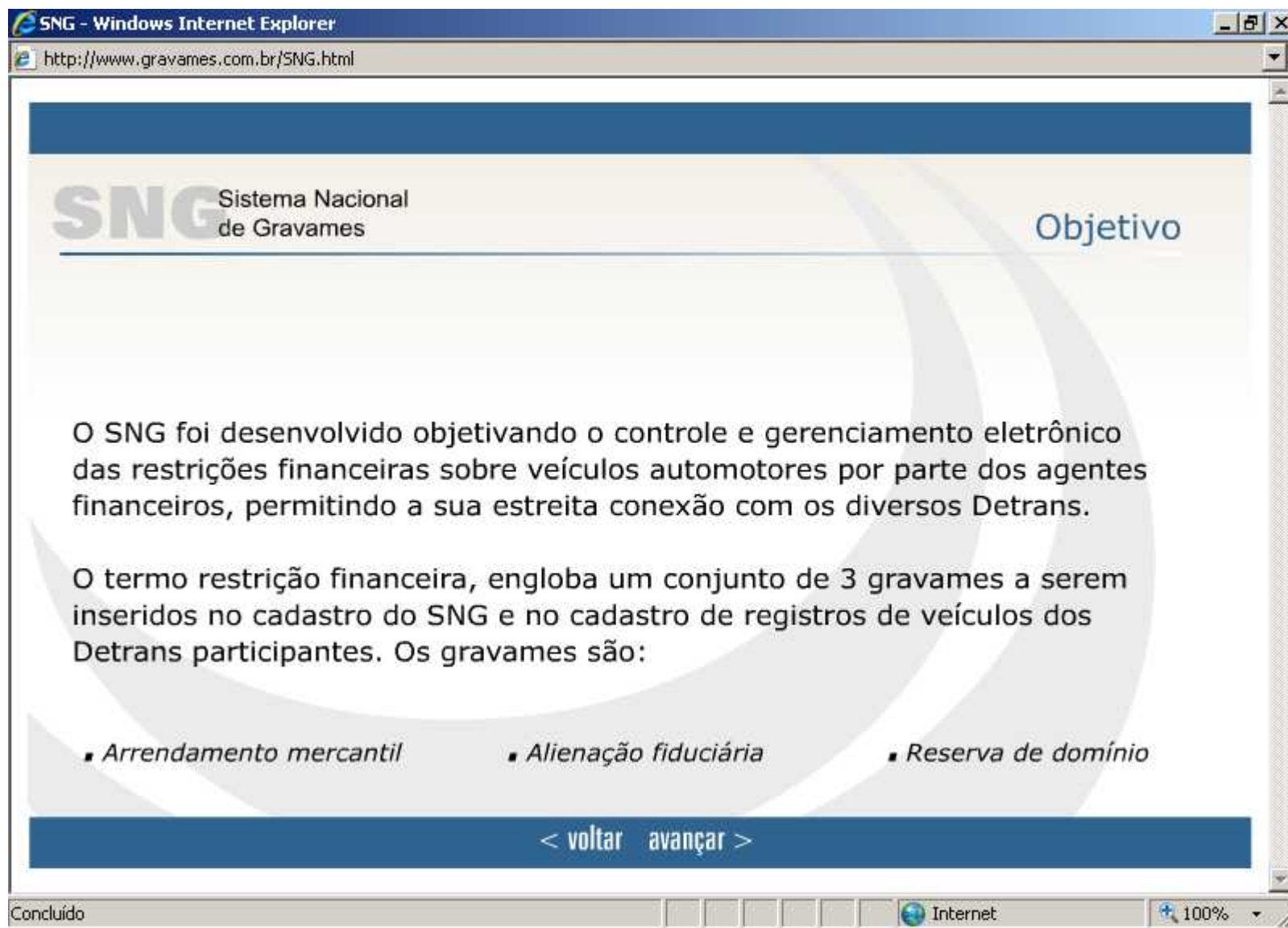
- Resolução CONTRAN nº 159 – estabelece procedimentos para registro dos contratos, facultando execução do registro conveniada com os cartórios;
- DENATRAN – Portaria nº 14 – estabelece procedimentos para registro dos contratos de alienação fiduciária, admitindo a execução conveniada com os cartórios;
- DETRAN – SP – Protocolo DETRAN nº 137091-0/2003 recomenda a assinatura de convênio para registro dos contratos, inclusive nos cartórios.
- Entendem deter a competência para o registro, mas admitem conveniência em delegar, por convênio, sua prática aos serviços de registros de títulos e documentos.

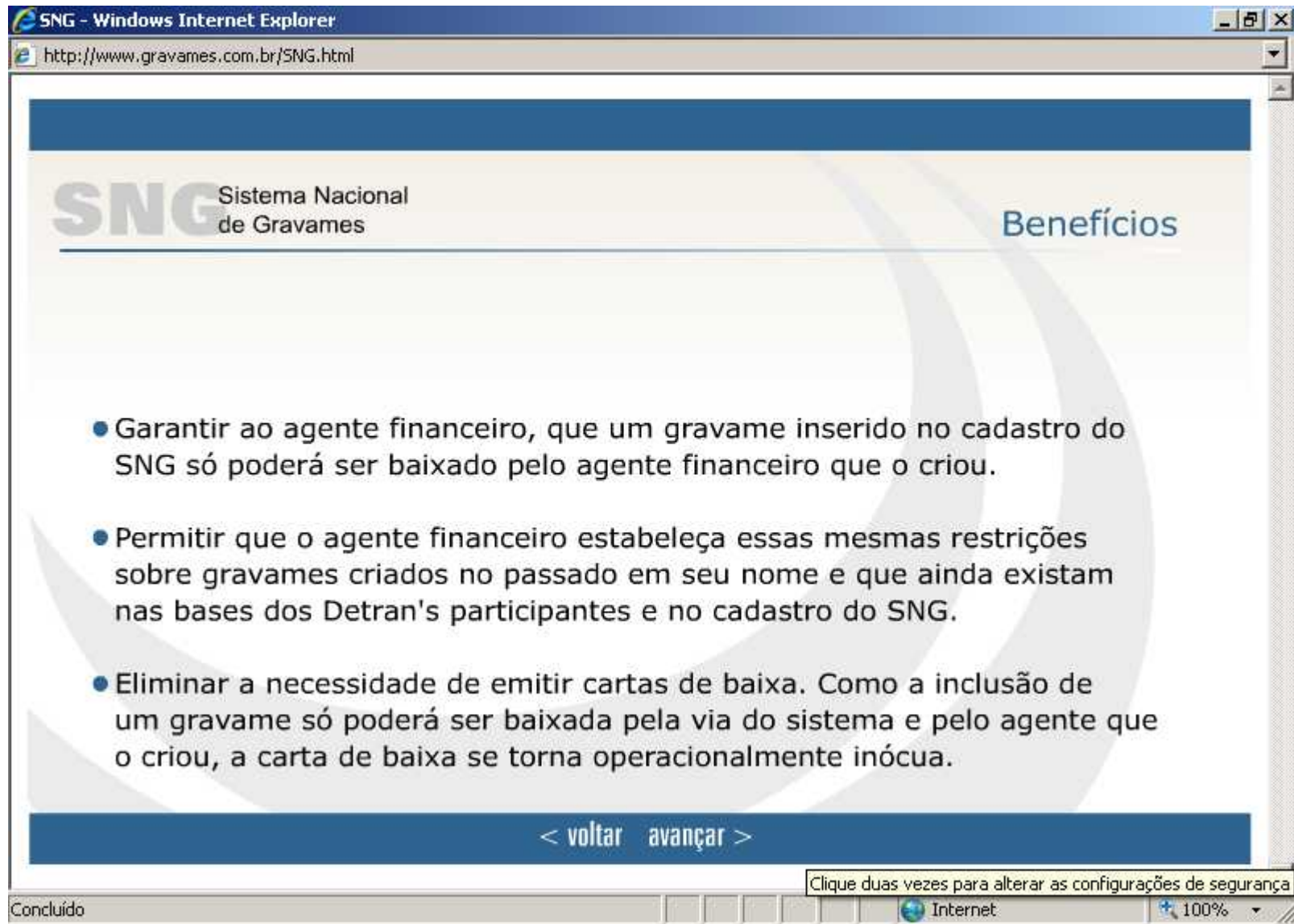
O Sistema nos DETRANs

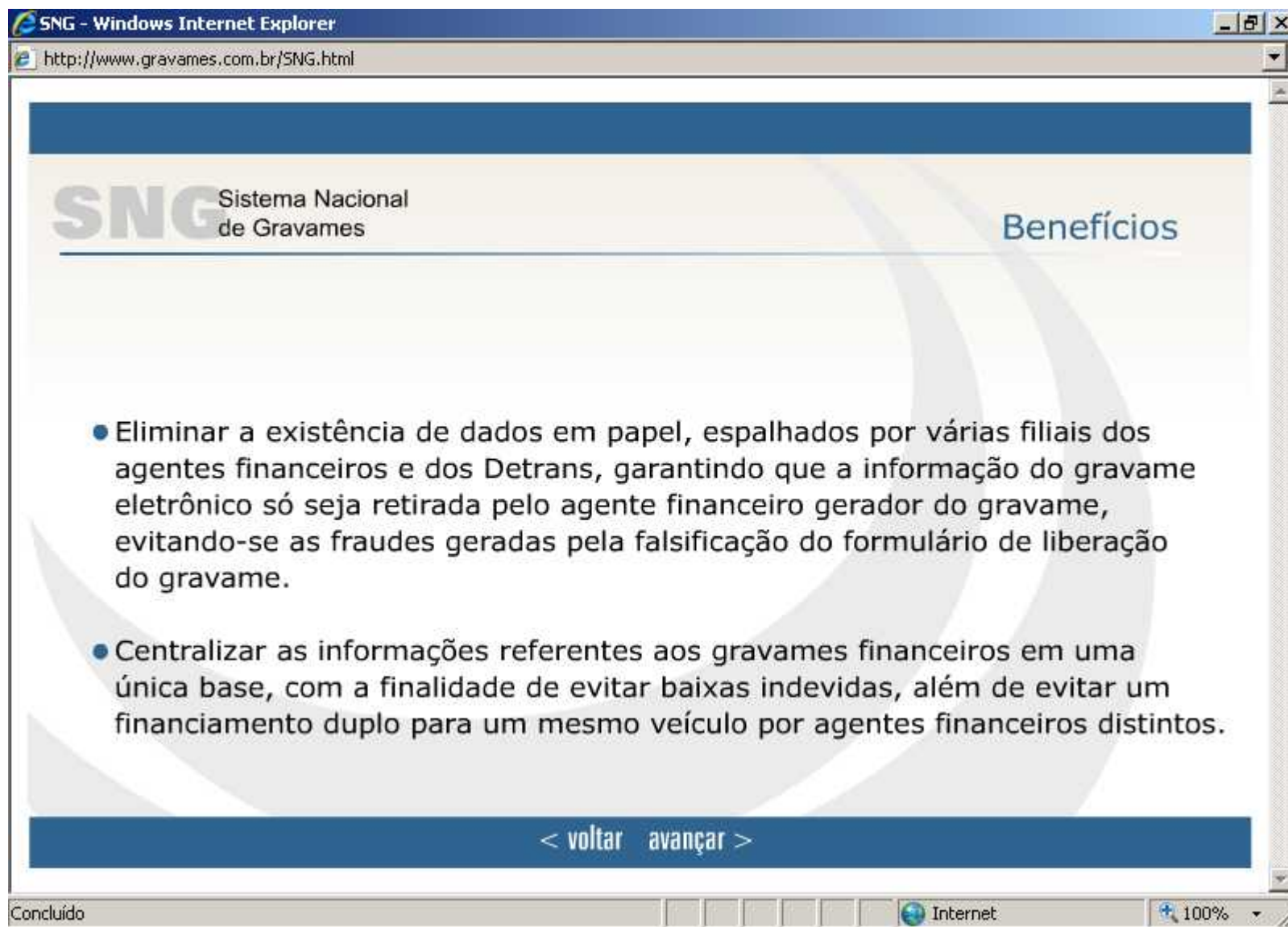
- Os DETRANs não possuem sistema próprio de registro e arquivamento dos contratos de compra e venda de veículos e seus financiamentos, não possuindo meios (pessoal, material, etc) de cumprir a determinação legal que exige o registro do instrumento, público ou particular, do contrato que lhe serve de título (artigo 1.361, §1º do Código Civil). Onde não há convênio, não há registro do contrato.
- Visando o cumprimento da obrigação legal (registro e arquivamento dos contratos), alguns DETRANs e CARTÓRIOS vêm firmando convênios para que o consumidor tenha seu contrato registrado e arquivado, possibilitando seu acesso ao contrato a qualquer tempo, para consulta ou certidão, caso se faça necessária a defesa de seus direitos.
- Independentemente dos convênios com os cartórios, nos locais onde estes existem, os DETRANs mantêm outro convênio junto com o Sistema Financeiro, para proteção da garantia dos créditos das financeiras, denominado SNG – Serviço Nacional de Gravames, operado pela MEGADATA, empresa do Grupo IBOPE, cobrado diretamente ao consumidor no cadastro e na baixa.

O Sistema SNG

<http://www.megadata.com.br/sng.htm>







SNG - Windows Internet Explorer
http://www.gravames.com.br/SNG.html

SNG

Sistema Nacional de Gravames

Atualizações

O agente financeiro, usando o Megadata Online, ingressa no sistema e pode incluir gravames sobre veículos a serem financiados, ou podem ainda dar baixa em veículos que porventura estejam gravados em seu nome.

Agentes Financeiros

Base de Dados

Megadata

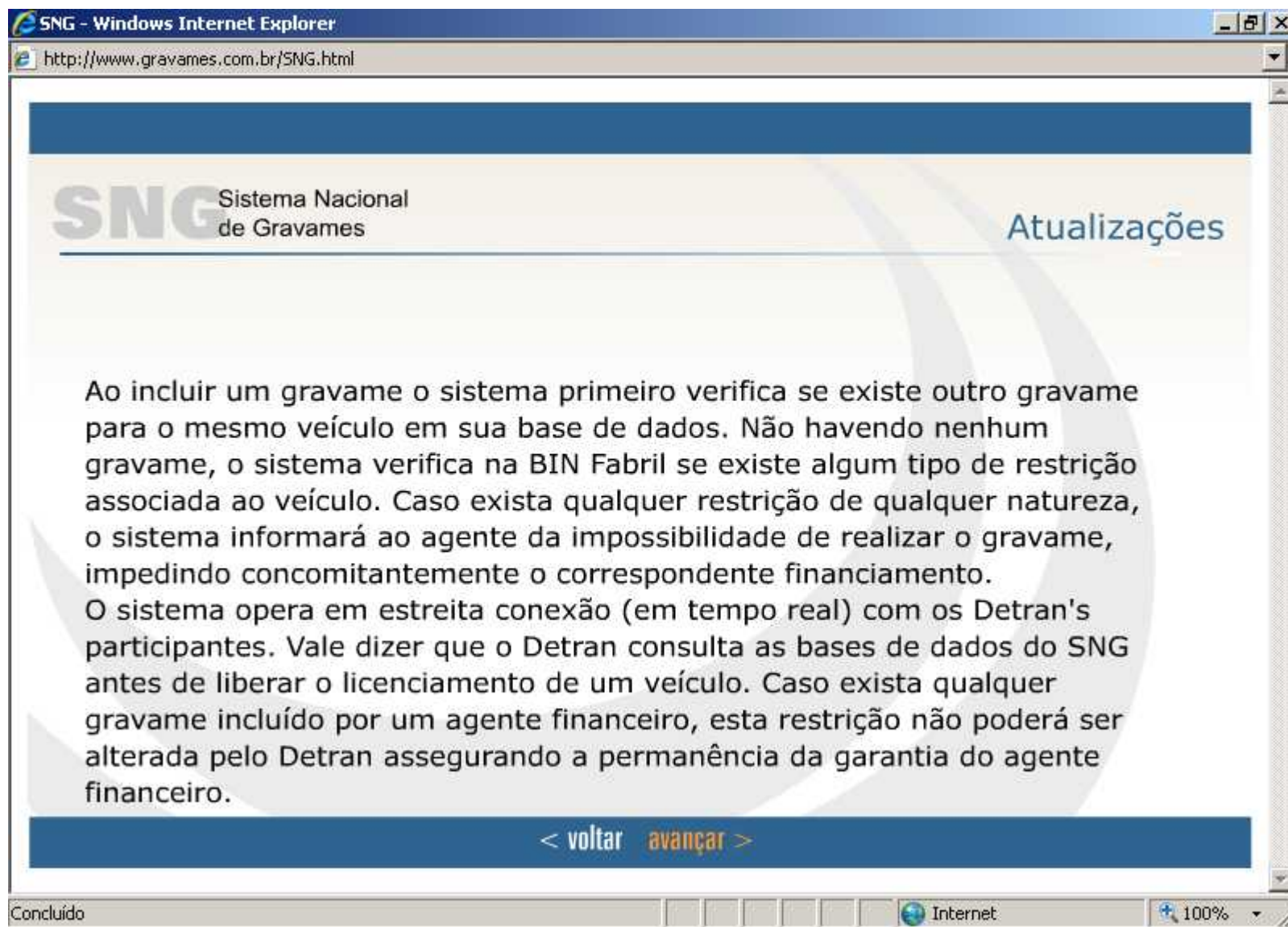
SNG

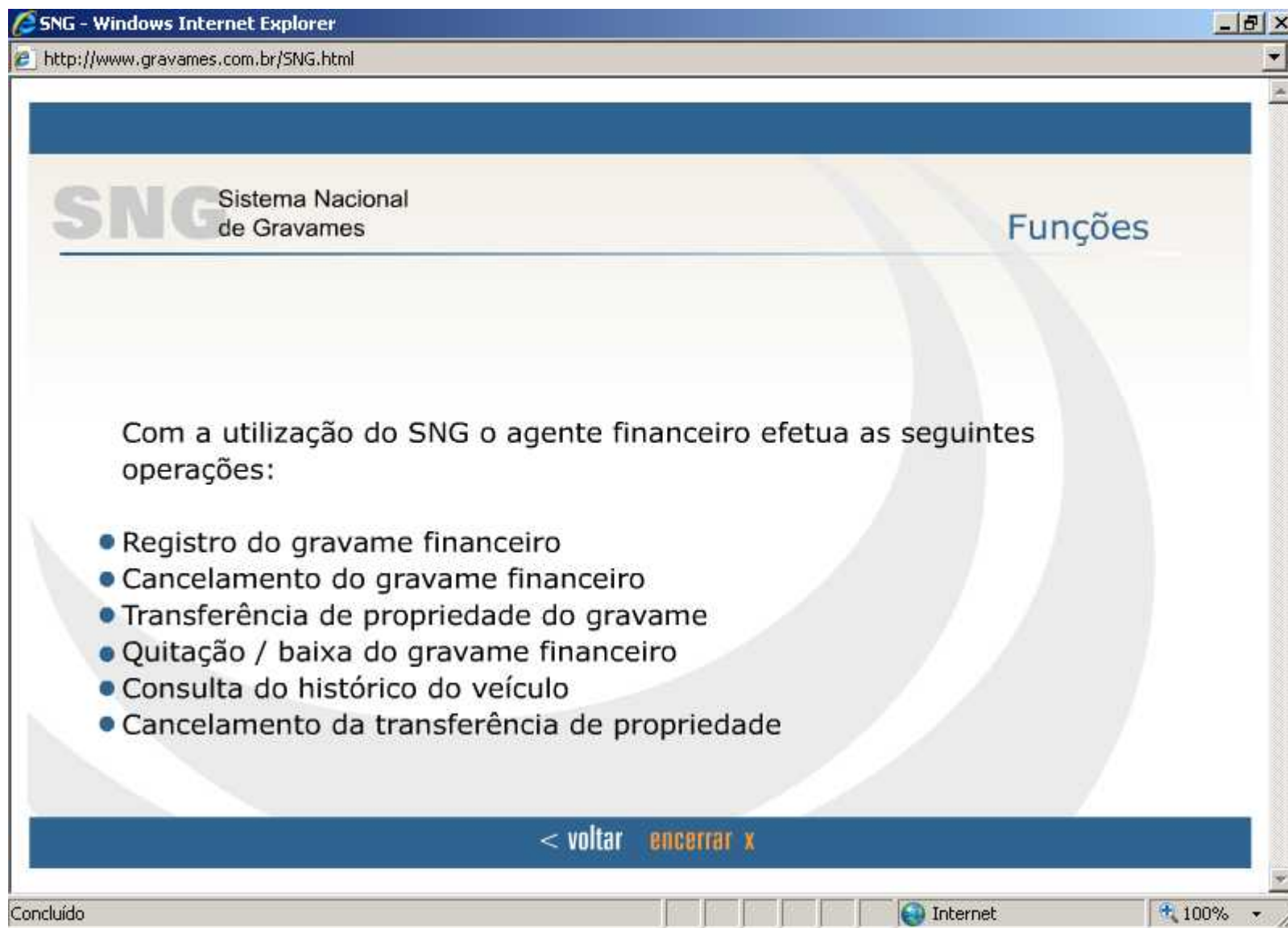
< voltar avançar >

Concluido Internet 100%

```
graph LR; AF[Agentes Financeiros] --> M[Megadata]; M --> S[SNG];
```














The diagram illustrates the data flow process. On the left, under the heading 'Agentes Financeiros', there are four computer icons representing financial agents. Red arrows point from each of these agents to a central computer icon labeled 'Megadata'. From the 'Megadata' icon, a red arrow with a blue arrowhead points to the right, towards the text 'SNG'. The background features a large, faint, stylized 'S' shape.





vantagens do registro nos cartórios

- **Cumprimento da obrigação constitucional (art. 236 CF) e legal (art. 1.361 CC) do registro do CONTRATO, mantendo a fiscalização do Poder Judiciário sobre os registros públicos;**
- **Garantia de preenchimento e entrega do contrato e de seu acesso posterior, a qualquer tempo (perpétuo), para eventual exercício de direito de ação pelo consumidor ou órgãos de proteção (MP, PROCON, etc.);**
- **Maior segurança ao DETRAN porque os cadastros comunicados pelo SNG passam a ser verificados e são comprovados por documento hábil, preservado perpetuamente;**
- **Preço (emolumentos) fixado por Lei, não ficando ao sabor do “mercado”;**
- **Garantia de obtenção de certidão, com o mesmo valor do original, a qualquer tempo, em caso de perda pelas partes;**
- **Possibilitar a qualquer do povo (terceiro de boa fé e a sociedade) a verificação prévia e obtenção de informações acerca dos contratos, suas cláusulas e partes, para preservação de direitos;**
- **Possibilitar ao Poder Judiciário, à Receita Federal, ao Ministério Público, às Polícias, entidades de defesa do consumidor, às CPIs, enfim à Administração Pública, em geral e em todas as esferas, obter informações, diretamente e sem custo, do banco de dados dos cartórios, combatendo a sonegação fiscal, a lavagem de dinheiro, evasão de divisas e outras fraudes, auxiliando na efetividade da Justiça.**

COMPARATIVO – CUSTO – BENEFÍCIO		
Comparativo custo/beneficio	Cartório	SNG
Registro do Contrato		
Responsabilidade civil		
RC repassa para financeira		
Contribuições sociais		
Acessibilidade gratuita órgão públicos		
Fiscalização órgãos públicos		
Especialista para qualificação do contrato		
Atendimento ao consumidor		
Atendimento as financeiras		
Perpetuidade da preservação da imagem microfilmada		
Serviço pago pelo consumidor		

★ MEGA LIQUIDAÇÃO ★ NA FIAT ITAVEMA



UNO ECONOMY 4P FLEX 08/09

23.990,

539,

+3 ANOS DE GARANTIA

PALIO FIRE 4P FLEX 08/09

26.690,

599,



Seminovos Itavema Plus

MODELO	OPÇÕES	ANO/MOD	PLACA	DE	POR	BOX	LOJA
PALIO FIRE 1.0 8V	WOLFS	01/01	0734	13.000	12.000	204	MAI
UNO FIRE 1.0 8V 4P	AMBIENTE/ESPANCOIS	02/02	9223	10.000	10.000	476	MAI
GOI CITY 1.0 8V 3P	VITATONWOLFS	05/05	0217	8.100	10.000	407	MAI
KA CL 1.0 8V 3P	VITATONWOLFS	02/03	7763	8.000	10.000	406	MAI
CLIO RUSH 1.0 16V 4P	AMBIENTE/ESPANCOIS	02/02	7077	11.200	10.000	515	MAI
SCENA CLX 1.0 16V	AMBIENTE/ESPANCOIS	04/02	0164	11.200	10.000	509	MAI
PALIO CLX 1.0 16V 4P	AMBIENTE/ESPANCOIS	04/02	0167	11.200	10.000	574	MAI
SCENA FIRE 1.0 8V	VITATONWOLFS	03/04	9420	10.000	10.000	417	MAI
CELTA LIFE 1.0 8V 4P	WOLFS	04/02	0303	10.000	10.000	519	MAI
PELLETT 200 800L 1.0 4P	AMBIENTE/ESPANCOIS	03/02	2008	10.000	10.000	520	MAI
FIAT EDGE MATCH 1.0 4P	AMBIENTE/ESPANCOIS	02/03	1987	10.000	10.000	509	MAI
POX 1.0 8V FLEX 3P	CHIVITATONWOLFS	04/04	0053	10.000	10.000	714	MAI
SCENIC EXPRESSION 1.0 16V	AMBIENTE/ESPANCOIS	04/04	3081	10.000	10.000	506	MAI
STILO 1.0 16V	AMBIENTE/ESPANCOIS	02/02	0090	10.000	10.000	509	MAI
PALIO WEEK ADONE 1.0 FLEX	AMBIENTE/ESPANCOIS	04/02	0225	10.000	10.000	504	MAI

3 ANOS PARA OUVINHO DE VINHO DE 400 ESTAVES AUTOPROTEGIDA
LAVAGEM AUTOMÁTICA E REVISÃO EM 20 DIAS

CORRELAÇÃO	FAIXA	FAIXA	FAIXA	FAIXA
FIAT	0000-0000	0000-0000	0000-0000	0000-0000
FIAT	0000-0000	0000-0000	0000-0000	0000-0000
FIAT	0000-0000	0000-0000	0000-0000	0000-0000
FIAT	0000-0000	0000-0000	0000-0000	0000-0000

Itavema
FIAT

Atenção: Os preços são válidos apenas para os modelos listados e não incluem impostos e taxas. Os preços podem variar sem aviso prévio. Os preços são válidos apenas para os modelos listados e não incluem impostos e taxas. Os preços podem variar sem aviso prévio.

Fotos meramente ilustrativas. Uno Economy 4P Flex 08/09 pintura sólida, a partir de R\$ 23.990,00 ou entrada de R\$ 6.590,00 + 60x de R\$ 539,00. Total financiado R\$ 32.340,00 Taxa de 2,53 a.m. e 34,96 a.a.. Palio Fire 4P Flex 08/09 pintura sólida, a partir de R\$ 26.690,00 ou entrada de R\$ 7.390,00 + 60x de R\$ 599,00. Total financiado R\$ 35.940,00. Taxa de 2,53% a.m. e 34,96% a.a.. Tarifa de cadastro de R\$ 760,00 não incluso. Taxa de instituição financeira e IOF não inclusos. Pintura metálica no valor de R\$ 890,00, perolizada no valor de R\$ 1.000,00. Garantia grátis para 0Km de um ano pela montadora e dois anos adicionais (motor e câmbio) garantido pela Usibens. Seminovos: Total financiado: placa 6078 R\$ 30.540,00, placa 5734 R\$ 23.640,00, placa 9223 R\$ 28.680,00, placa 5217 R\$ 29.220,00, placa 7763 R\$ 29.760,00, placa 7077 R\$ 30.900,00, placa 8164 R\$ 34.140,00, placa 5187 R\$ 34.440,00, placa 8436 R\$ 37.020,00, placa 0353 R\$ 37.140,00, placa 2508 R\$ 38.160,00, placa 1587 R\$ 41.940,00, placa 5553 R\$ 42.840,00, placa 3061 R\$ 53.940,00, placa 8080 R\$ 53.940,00, placa 6225 R\$ 59.040,00. Taxa veículos de 2008 a 2006 2,28% a.m. e 31,07% a.a.. Veículos de 2002 a 2005 taxa de 2,32% a.m. e 31,68% a.a.. Veículos 2001 taxa de 2,36% a.m. ou 32,30% a.a.. Taxas atualizadas no dia 30/10/2008. Garantia de câmbio e motor válido até três meses. Consulte taxas e características técnicas para estes e outros planos no ato da compra. Ofertas válidas somente para os veículos anunciados nesta data. Pronta entrega de acordo com disponibilidade do fabricante. Frete incluso. Os preços e taxas podem sofrer alterações sem aviso prévio em função de mudanças do mercado. Crédito sujeito a aprovação. Reservamo-nos o direito de corrigir possíveis erros de digitação.

Processo

The Power of Dreams

[Home](#)

[Institucional](#)

[Simulador](#)

[Informações](#)

[Concessionárias](#)

[Contato](#)

[Consórcio Nacional Honda](#)

[Honda Leasing](#)

[Honda Brasil](#)



Para mais informações, [clique aqui](#).

RESULTADO DA SIMULAÇÃO

Segmento:	Automóveis
UF:	PR
Bem:	CIVIC FLEX EXS AT
Valor do Bem:	R\$ 85.235,00
% Entrada:	30%
Valor Entrada:	R\$ 25.570,50
TC:	R\$ 600,00
Valor Financiado:	R\$ 60.264,50
Prazo:	48 meses
Parcela:	R\$ 1.851,00
IOF:	R\$ 1.956,46
Taxa de Juros Mês:	1,56%
Taxa de Juros Ano:	20,41%
CET Ano:	23,28%

[◀ VOLTAR PARA SIMULAÇÃO](#)

O valor do bem é meramente referencial, apenas para efeito de base de cálculo. Frete não incluso. Para fazer uma simulação real, com informações suficientemente precisas e na qual estarão contempladas todas as informações exatas para contratação, faça-a com a Concessionária que escolher. Operação de CDC sujeita a aprovação de crédito. Cálculos com IOF e TC inclusos. Os cálculos constituem mera simulação, não obrigando o Banco à contratação da operação nas condições de pagamento escolhidas.

- ▶ [Enviar simulação para Concessionária](#)
- ▶ [Indicar para um amigo](#)
- ▶ [Imprimir simulação](#)



prestados, comunicações e
declarações

Cópia ou 2ª via de comprovantes e documentos	R\$ 200,00	R\$ 100,00	R\$ 100,00
--	------------	------------	------------

Extrato diferenciado mensal contendo informações adicionais àquelas relativas a contas-correntes de depósito à vista e a contas de depósito de poupança		R\$ 50,00	R\$ 50,00
--	--	-----------	-----------

Coleta e entrega em domicílio ou outro local		R\$ 50,00	R\$ 50,00
---	--	-----------	-----------

Contratação	Mínimo: R\$ 160,00		Mínimo: R\$ 160,00
	Máximo: R\$ 600,00		Máximo: R\$ 600,00

Cobrança Bancária (*)	R\$ 4,50 por folha de carnê	R\$ 4,50 por folha de carnê	R\$ 4,50 por folha de carnê
-----------------------	--------------------------------	--------------------------------	-----------------------------------

Rescisão contratual /
Quitação Antecipada

Para contratos realizados até 5/09/2006, 7%
sobre o saldo devedor

Para contratos realizados entre 06/09/2006 e
09/12/2007, cobrança suspensa
temporariamente

Para contratos realizados a partir de
10/12/2007, não há cobrança

Baixa de alienação eletrônica de contratos liquitados	R\$ 75,00
---	-----------

Registro de contratos de financiamentos (estabelecidos pelo cartório local)	Mínimo: R\$ 10,00	Máximo: R\$ 500,00
--	----------------------	-----------------------

Transferência do titular - Autobank/Focom, Itaushopping e Leasing (**)	Internet: R\$ 300,00	Central: R\$ 450,00
---	-------------------------	------------------------

Substituição de garantia - Autobank/Focom, Itaushopping e Leasing (**)	Internet: R\$ 300,00	Central: R\$ 450,00
---	-------------------------	------------------------

(*) para contratos realizados até 29/04/2008

(**) a partir de 30/04/2008, esta tarifa será substituída pela nomenclatura
"Aditamento Contratual"

(***) condições diferenciadas para clientes correntistas do Banco Itaú S.A.

TABELA III
DOS OFÍCIOS DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

Tabela elaborada sob responsabilidade do IRTDPJ-SP.

Em vigor a partir de 8 de janeiro de 2008. Lei 11.331, de 26 de dezembro de 2002, publicada no DOE-SP em 27 de dezembro de 2002.

Decreto 47.589, de 14 de janeiro de 2003, publicado no DOE-SP em 15 de janeiro de 2003.

Termo de Acordo de Redução de Emolumentos, publicado no DOE-SP, Executivo I, Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania, em 27 de dezembro de 2004.

UFESP em Janeiro de 2001: R\$ 9,83

UFESP em Janeiro de 2008: R\$ 14,88

Variação da UFESP entre 2001 e 2008: 51,3733%

5 Registro ou averbação de contrato de alienação fiduciária, leasing ou reserva de domínio, sobre o valor financiado										
ALÍNEA	VALORES BÁSICOS				Oficial	Estado	Ipesp	Reg Civil	Trib Justiça	Total
					62,50%	17,763160%	13,157894%	3,289473%	3,289473%	100,00%
						28,4211%	21,0526%	5,2632%	5,2632%	
a	até		F 15.137,00	43,14	12,27	9,08	2,27	2,27	69,03	
b	mais de	R\$ 15.137,00	até R\$ 30.275,00	64,71	18,39	13,62	3,41	3,41	103,54	
c	mais de	R\$ 30.275,00	até R\$ 45.412,00	86,28	24,53	18,16	4,54	4,54	138,05	
d	mais de	R\$ 45.412,00		129,42	36,79	27,25	6,81	6,81	207,08	

Preço Cartórios - São Paulo

(Lei 11.331/2002 – Tabela III item 5)

Valores básicos	!	Oficial	!	Estado	!	Ipesp	!	Reg.Civil	!	T.Justica	!	Total
até R\$15.137,00	!	43,14	!	12,27	!	9,08	!	2,27	!	2,27	!	69,03
de R\$15.137,01 a R\$30.275,00	!	64,71	!	18,39	!	13,62	!	3,41	!	3,41	!	103,54
de R\$30.275,01 a R\$45.412,00	!	86,28	!	24,53	!	18,16	!	4,54	!	4,54	!	138,05
De 45.412,01 em diante	!	129,42	!	36,79	!	27,25	!	6,81	!	6,81	!	207,08

Oficial = 62,5% IPESP/OAB = 13,157894% Poder Judiciário = 3,289473%

Estado = 17,76316% Registro Civil = 3,289473%

Parte líquida do Oficial – custeio e impostos incidentes (IR, ISS, etc.)



CONVENÇÃO COLETIVA DE CONSUMO

O INSTITUTO NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - INADEC, inscrito no CNPJ sob o nº 01.040.305/0001-90, situado na Rua Pedrália nº 98 - Vila Guernicindo - São Paulo - SP - CEP 04130-080, representado por seu Presidente, **CELSO UBIRAJARA RUSSOMANNO** e o IRTDPJBrasil - INSTITUTO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS JURÍDICAS DO BRASIL, inscrito no CNPJ sob o nº 59.841.148/0001-00, situado na Praça Padre Manoel da Nóbrega, 16 - 5º andar - São Paulo - SP - CEP 01015-010, representado por seu Presidente, **JOSÉ MARIA SIVIERO**:

CONSIDERANDO os benefícios garantidos ao consumidor pela Constituição Federal, fazendo-se necessária sua proteção frente às entidades de crédito e financiamento, o que somente se faz possível através da publicidade decorrente de registro, em serviço público delegado, com competência legal para o mister;

CONSIDERANDO, também, a previsão contida no artigo 107 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), o qual recomenda a regulação, por escrito, das relações de consumo, que também tenham por objeto estabelecer condições relativas, especialmente ao preço e à garantia de produtos e serviços;

CONSIDERANDO, ainda, a necessidade de proteger os financiamentos voltados aos consumidores de baixa renda, tendo em vista a disparidade dos valores contidos nas Tabelas Estaduais;

RESOLVEM aprovar o seguinte convênio:

Art. 1º - Os emolumentos líquidos devidos aos Oficiais de Registro de Títulos e Documentos, pelo registro dos contratos de financiamentos de veículos automotores, não excederão ao contido na tabela abaixo, incluídos neste limite as despesas de prenotação, registro, microfilmagem e quaisquer outras relativas à execução dos serviços:

- até R\$3.000,00 R\$ 50,00
- de R\$3.000,01 em diante, tabela do Estado,
limitada ao preço final de R\$ 200,00

Art. 2º - Considerando as peculiaridades de cada Estado ou do Distrito Federal no tocante à competência residual, bem como o caráter assistencial que norteia este Convênio, fica certo que sobre os valores previstos na tabela acima, poderão incidir acréscimos para o custeio, fundos e demais finalidades assistenciais constituídos por Leis Estaduais, obedecidos aos critérios previstos no artigo 14, da Lei nº 6.015/73;

Art. 3º - Os limites previstos neste Convênio serão objeto de reajuste anual, no mês de janeiro, com base na variação do IGP-M ou outro índice de atualização monetária que venha a substituí-lo;

Art. 4º - A presente Convenção fica condicionada à aprovação do projeto de Lei nº 309, de 2007.

Rio de Janeiro, de fevereiro de 2008.

CELSO UBIRAJARA RUSSOMANNO
Presidente

INSTITUTO NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - INADEC

JOSÉ MARIA SIVIERO
Presidente

INSTITUTO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS JURÍDICAS DO BRASIL - IRTDPJBrasil



Mitos

- **Cartório passa de pai para filho**
- **Cartório é uma mina de ouro**
- **Cartório faz demorar a realização do negócio**
- **Anotação no DETRAN = registro no Cartório**
- **Sem cartório fica mais barato**

Mitos

- **Cartório passa de pai para filho**
- **Cartório e uma mina de ouro**
- **Cartório faz demorar a realização do negócio**
- **Anotação no DETRAN = registro no Cartório**
- **Sem cartório fica mais barato**
- **ingresso por concurso público (CF art. 236 §3º)**
- **Há mais de 13.000 cartorios no Brasil e sua grande maioria tem pequena renda**
- **mesmo à vista não leva carro na hora – vide São Paulo; demora é a mesma dos convênios *on-line DETRAN = SNG, dependendo do trâmite interno do Banco***
- **No DETRAN só ficam alguns dados, sem o contrato / nos cartórios fica o contrato integral**
- **tarifas de Cadastro/ SNG mesmo onde não há registro no cartório é mais elevado que o cartório puro!
(> R\$ 760,00 – SP)**
Escrituras - instrumentos particulares das construtoras mais caros



MUITO OBRIGADO!

Paulo Roberto de Carvalho Rêgo

1º Oficial de RTDPJ de São Paulo

Presidente do IRTDPJ de São Paulo

Vice-Presidente de TD & PJ da ANOREG-BR

Diretor de TD & PJ da ANOREG-SP

Conselheiro do Depto. de Estratégia e Legislação do IRTDPJ-BR

Vice-Presidente do CDT

Especialista em Direito Público EPM – Escola Paulista da
Magistratura

Rua XV de Novembro 244 – 9º andar – Centro – São Paulo - SP

Telefone (11) 31048770